

Por que a derrubada de estátuas não deveria incomodar os historiadores?

**Tempo, anacronismo e disputas pelo passado**



Capa do livro *La destrucción del arte*, de Dario Gamboni, 2014, fotografia (detalhe).

*Alexandre de Sá Avelar*

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisador do CNPq. Coorganizador, entre outros livros, de *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Milfontes, 2019. alexandre.avelar@uol.com.br

## Por que a derrubada de estátuas não deveria incomodar os historiadores? Tempo, anacronismo e disputas pelo passado<sup>1</sup>

Why shouldn't the toppling of statues disturb the historians? Time, anachronism and disputes for the past

*Alexandre de Sá Avelar*

### RESUMO

Nos últimos anos, inúmeras ações iconoclastas elegeram como alvos estátuas e monumentos que prestam homenagem a indivíduos e acontecimentos relacionados a memórias sensíveis de passados traumáticos, aqueles que parecem não passar, e que mobilizam múltiplos sentidos e afetos no presente. São momentos nos quais grupos organizados reivindicam a destituição de uma certa ordem memorial, tida como perpetuadora de desigualdades e de opressões, através de intervenções diretas sobre o espaço público. Essas ações também provocaram fortes controvérsias que mobilizaram a comunidade de historiadores profissionais. Nessas discussões, um dos temas mais acionados foi o do anacronismo. Afinal, a derrubada das estátuas seria uma iniciativa anacrônica? Partindo desta interrogação, este artigo busca apresentar algumas reflexões sobre tempo, memória e anacronismo, relacionando-os aos debates mais sensíveis subsequentes às iniciativas de questionamento das representações contidas em estátuas e monumentos que habitam o nosso presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** estátuas; tempo; anacronismo.

### ABSTRACT

*In recent years, numerous iconoclastic actions have chosen as targets statues and monuments that pay tribute to individuals and events related to sensitive memories of traumatic pasts, those that seem not to pass, and that mobilize multiple senses and affections in the present. These are moments in which organized groups demand the removal of a certain memorial order, seen as a perpetuator of inequalities and oppressions, through direct interventions in the public space. These actions also provoked strong controversies that mobilized the community of professional historians. In these discussions, one of the most used themes was that of anachronism. After all, would the toppling of the statues be an anachronistic initiative? Starting from this question, this article will seek to present some reflections on time, memory and anachronism, relating them to the most sensitive debates subsequent to the initiatives of questioning the representations contained in statues and monuments that inhabit our present.*

**KEYWORDS:** statues; time; anachronism.

<sup>1</sup> Este texto se beneficiou de muitos diálogos que tive a oportunidade de estabelecer com vários colegas sobre o tema das derrubadas de estátuas. Agradeço especialmente aos professores Arthur Avila, Fábio Kuhn, Camila Braga e Marcos Napolitano.



*Mas não existe passado independente do presente. De fato, o passado só é passado porque existe um presente, assim como só posso apontar para algo lá porque eu estou aqui. Mas nada está inerentemente lá ou aqui. Nesse sentido, o passado não tem conteúdo. O passado – ou, para ser mais preciso, a preteridade (pastness) – é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado como passado.<sup>2</sup>*

Neste texto, pretendo expor algumas questões que o debate sobre a derrubada de estátuas e monumentos tem suscitado entre os historiadores. A natureza ensaística das minhas incursões reside, sobretudo, em seu caráter aberto, irresoluto e, em alguma medida, especulativo.<sup>3</sup> Tento capturar os sentidos e as dinâmicas de ações iconoclastas ocorridas em diferentes espaços que, com suas peculiaridades e distinções, confluem para problemas e disputas cada vez mais globais. Nessa teia de complexidades e ambiguidades entre o geral e o específico, entre o comum e o extraordinário, sobressaem processos de lutas sociais contra formas históricas de opressão e suas representações públicas através de visualidades e modalidades de temporalização. A força da permanência de estruturas enraizadas de dominação e de exclusão social vincula-se, de modo nada secundário, a certos modos de concepção do tempo e das fronteiras temporais presentes nos espaços das cidades.

Nos conflitos que envolvem as transformações das culturas urbanas, estão também demarcadas batalhas pela inscrição de outros corpos, de outras experiências temporais, de modos de vida que se colocam em antagonismo às alegorias de um passado que teima em não passar e que ornamenta ruas e praças através de representações de seus personagens violentos e brutos. Mas o que torna uma estátua intolerável? A pergunta, adaptada de uma outra feita por Jacques Rancière sobre a imagem<sup>4</sup>, poderia se desdobrar em mais algumas: quais as características de uma estátua que a fazem intolerável? E para quem? Como são representadas suas formas inaceitáveis? O que fazer com elas? Tais questões nunca foram distantes dos debates que envolvem todo um campo interdisciplinar de estudos sobre a arte, mas também, e talvez principalmente, das discussões em torno do que é ou deve ser representado no espaço urbano. A novidade dos últimos episódios de derrubada de estátuas se situa em sua difusão imagética global e em sua vinculação a uma nova onda de protestos antirracistas que varreram o mundo desde o assassinato de George Floyd, ocorrido em maio de 2020.

Essas iniciativas implicam ainda novos deslocamentos e configurações temporais, nos quais as demandas por justiça e reparação históricas pretendem não apenas provocar fissuras em um certo espaço de experiência memorial, como também abrir um novo horizonte de expectativas mais condizente

<sup>2</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016, p. 41.

<sup>3</sup> Cf. WAMPOLE, Christy. A ensaificação de tudo. In: PIRES, Paulo Roberto (org.). *Doze ensaios sobre o ensaio: antologia Serrote*. São Paulo: IMS, 2018.

<sup>4</sup> Ver RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 83.

com o respeito aos direitos humanos e o repúdio a toda e qualquer forma de violência estatal ou de colonialismo. Como assinala Lucila Svampa, a ruptura com certos ícones memoriais “mostra um deslocamento, um gesto que não pertence ao tempo ordinário ao gerar uma torção com as gramáticas históricas e inaugurar assim novas temporalidades”.<sup>5</sup> Obviamente, o fenômeno não é novo.<sup>6</sup>

Assim, apenas nos últimos três anos, alguns exemplos podem ser mencionados: em 2019, em meio aos protestos contra as políticas de austeridade no Chile, a estátua do colonizador Pedro de Valdivia não foi poupada; no ano de 2020, a imagem de Colbert, idealizador da legislação que, em 1685, regulamentou a escravidão nos territórios franceses, foi pichada em frente à Assembleia Nacional; também em 2020, a estátua do jornalista e apoiador do regime fascista, Indro Montanelli, foi tingida de vermelho na cidade de Milão; ainda nesse ano, ocorreu a emblemática derrubada da estátua de Edward Colston em Bristol; já em 2021, o monumento em homenagem a Cristóvão Colombo foi lançado ao chão na cidade de Barranquilla e a estátua de Borba Gato foi incendiada em São Paulo.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas eles não deveriam supor que todos os eventos mencionados tiveram igual repercussão global. Na partilha dos mundos em ebulição, alguns atos possuem maior visibilidade, demonstrando – mais uma vez – que a produção de imagens e de sentidos vinculados à crítica do colonialismo acompanha as profundas assimetrias que separam centro e periferia do capitalismo internacional, apesar da aparente obsolescência dessas noções. O que une essas ações é a expectativa de produção de questionamento à natureza desses monumentos – a sua idealização, produção, multiplicação, imposição –, sugerindo novas formas de tornar pensáveis tais objetos.<sup>7</sup>

Nessas disputas, o papel das emoções e dos afetos não é menor e constitui um problema analítico opô-lo às expectativas racionais e às políticas conduzidas pelo poder público. Uma “condenação cartesiana das paixões”, conforme menciona Daniel Fabre, postula inadequadamente a desconsideração dos investimentos emocionais que se reatualizam em relação a objetos cujos princípios e representações estão sempre em disputa e negociação. Mesmo as decisões administrativas e os laços institucionais que nos atam aos traços do passado são carregados de uma série de práticas que mobilizam sentimentos e paixões e que constroem, a seu modo, expectativas e valores para as experiências de outros sujeitos no tempo.<sup>8</sup>

A edificação de monumentos e estátuas traduziu-se em uma das formas contemporâneas de instauração de uma memória pública que subsidiasse a formação e a constituição de uma retórica da nacionalidade, entendida como

<sup>5</sup> SVAMPA, Lucila. De íconos en decadencia y estatuas derribadas: sobre los restos de un pasado incómodo. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, n. 23, v. 43, Uberlândia, 2021, p. 69. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/64083>>. Acesso em 1 jan. 2022.

<sup>6</sup> Cf. GAMBONI, Dario. *La destrucción del arte: iconoclasia y vandalismo desde la Revolución Francesa*. Madrid: Cátedra, 2014.

<sup>7</sup> Cf. RAHME, Ana Maria Abrão Khoury. A derrubada de cada estátua é um apelo. *Revista Ara*, v. 10, n. 10, São Paulo, 2021, p. 133.

<sup>8</sup> Ver FABRE, Daniel. Le patrimoine porte par l’émotion. In: FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, Ministère de la Culture, 2013, p. 16 e 17.

um conjunto de estratégias discursivas e não discursivas que funcionam como fornecedoras de um passado, de uma identidade e de uma origem socialmente partilhados.<sup>9</sup> Marcelo Abreu aponta como as esculturas e monumentos instituem uma forma narrativa que delinea uma história progressiva, calcada em valores que estruturam uma certa ordem do tempo identificada, justamente, pela percepção de realização do espírito humano. Desse modo, o padrão discursivo dos monumentos “estabelece também um leitor ou observador ideal para a história que a escultura pública materializa. Este deve se posicionar diante da história e de seus personagens, vê-la, preferencialmente admirá-la, como obra alheia à sua ação”.<sup>10</sup> O que se conforma no espaço público, portanto, é uma apresentação do passado como emblema de uma linearidade temporal que caminha sempre para o progresso como destino inevitável e diante do qual os sujeitos comuns apenas podem apreciar os grandes homens responsáveis por sua operação.

A onda mais recente de derrubada de estátuas e monumentos provocou, como esperado, numerosas reações contrárias que viram nessas iniciativas iconoclastas a conjunção de vários riscos a uma verdadeira compreensão do passado. Esses posicionamentos alinharam-se a algumas das controvérsias mais recentes da historiografia profissional em torno de temas como tempo, memória, esquecimento, inscrição e apagamento. Os pontos de vista assumiram, portanto, o pressuposto de que as reflexões sobre as estátuas se relacionavam também às formas de investigação e de representação do passado produzidas pela comunidade historiadora.

Em linhas gerais, essas posições críticas preconizam que a derrubada de estátuas impossibilita, em vez de estimular, uma adequada interpretação dos nossos tantos passados traumáticos. Por mais que eles sejam dolorosos, por mais que nossos antepassados representem valores hoje execráveis, destruir estátuas, retirá-las do espaço público ou instituir outros sentidos a elas acaba por produzir o mesmo indesejável resultado: higienizar as experiências pretéritas tendo por base princípios e moralidades que lhes são estranhos. Ao historiador, especialmente, essas ações de derrubada deveriam soar ainda mais reprováveis, pois ele não deveria ser o primeiro a se colocar na dianteira da conservação das memórias herdadas do passado? Se muitos dos personagens homenageados no espaço público eram efetivamente racistas e escravagistas, isso se devia a configurações sociais que legitimavam a escravidão e o tráfico de cativos. O passado nacional é dotado de uma incontestável coerência que não poderia ser subtraída da nossa história. Este é o sentido da fala do presidente francês Emmanuel Macron logo após o início da onda de manifestações antirracistas, em meados de 2020:

*Seremos inflexíveis em relação ao racismo, ao antissemitismo e às discriminações e serão tomadas novas medidas fortes em relação à igualdade de oportunidades. Mas este combate nobre é desviado quando desemboca em comunitarismo, ou na reescrita odiosa ou errada do passado. Este combate é inaceitável quando é recuperado pelos separatistas.*

<sup>9</sup> Cf. CÉZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 20.

<sup>10</sup> ABREU, Marcelo. Estátuas em transe: vida e morte dos monumentos cívicos. In: MENEGUELLO, Cristina e BENTIVOGLIO, Júlio (orgs.). *Corpos e pedras: estátuas, monumentalidade e história*. Vitória: Milfontes, 2022, p. 241.

tas. A república não há de apagar nenhum vestígio, nem nenhum nome da sua história. Ela não há de esquecer nenhuma das suas obras, ela não há de derrubar estátuas. Devemos antes, de forma lúcida, olhar juntos para toda a nossa história, toda a nossa memória.<sup>11</sup>

Essas reações também não são novas. Por ocasião dos intensos debates, em 2015, a respeito da derrubada da estátua do colonizador Cecil Rhodes em frente à Universidade de Oxford, realizada por movimentos estudantis, Mary Beard viu as manifestações como um inconsequente desejo de apagamento do passado. Segundo a conhecida historiadora clássica, um “grande abate de estátuas, baseado nos valores do século XXI, deixaria poucas no lugar”.<sup>12</sup> Em vez de destruir, seria mais produtivo lidar com as heranças de outros tempos e mensurar equilibradamente os seus aspectos positivos e negativos. A condenação do anacronismo está presente nas considerações de Beard, para quem talvez devêssemos conceder a Rhodes o benefício da dúvida, pois, caso ele fosse nascido cem anos depois, seus pensamentos e ações poderiam ter sido completamente diferentes.<sup>13</sup>

Um dos mais contundentes posicionamentos, sob essa ótica crítica, foi publicado no *Le Monde*, no contexto dos protestos antirracistas de 2020, e contou com a assinatura de cinco historiadores franceses: Jean-Noël Jeanneney, Mona Ozouf, Maurice Sartre, Annie Sartre e Michel Winock.<sup>14</sup> O texto, intitulado “O anacronismo é um pecado contra a inteligência do passado”, é quase um manifesto contra o que os autores qualificam de uma “paixão justiceira” que move a “febre iconoclasta” de milhares de manifestantes. As explosões de fúria dirigidas aos símbolos que monumentalizam a opressão e o racismo podem estar recheadas de boas causas e intenções, mas constituem, ao fim e ao cabo, uma séria ameaça à democracia e aos princípios republicanos.

Segundo os historiadores responsáveis pelo texto, iniciativas de remoção de estátuas e de reconfiguração patrimonial do espaço público devem ser tomadas a cargo somente pelas autoridades políticas eleitas. Entretanto, o risco maior desse “frenesi moralizante” levado a cabo pelos iconoclastas do nosso tempo é perdermos a dimensão anacrônica desses gestos pretensamente críticos e nos entregarmos, com nossas certezas do presente, a julgamentos tão peremptórios quanto irresponsáveis sobre os homens do passado. A validade das demandas contemporâneas de reparação e de condenação do racismo e de todas as formas de subjugação pode produzir, como um de seus efeitos colaterais, a impossibilidade de manter qualquer homenagem aos sujeitos de outros tempos. Afinal, Péricles, o fundador da democracia ateniense, também era dono de escravos; muitos dos socialistas do século XIX eram antisemitas e

<sup>11</sup> MACRON, Emmanuel. Macron: aucune statue ne sera “déboulonnée”. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=8dcM\\_SHR3Kg](https://www.youtube.com/watch?v=8dcM_SHR3Kg)>. Acesso em 30 abr. 2022.

<sup>12</sup> HARDING, Eleanor. Mary Beard raps zealots in Oxford Rhodes row. Historian says students who wants memorials removed cannot ‘whitewash’ history while still benefiting from his legacy. *Dailymail*, Londres, 21 dez. 2015. Disponível em <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-3369612/Mary-Beard-raps-zealots-Oxford-Rhodes-row.html>>. Acesso em 1 maio 2022.

<sup>13</sup> Ver *idem*.

<sup>14</sup> JEANNENEY, Jean-Noël *et al.* L’anachronisme est un péché contre l’intelligence du passé. *Le Monde*, Paris, 24 jun. 2020. Disponível em <[https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/06/24/deboulonnage-des-statues-l-anachronisme-est-un-peche-contre-l-intelligence-du-passe\\_6043963\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/06/24/deboulonnage-des-statues-l-anachronisme-est-un-peche-contre-l-intelligence-du-passe_6043963_3232.html)>. Acesso em 2 maio 2022.

ilustres republicanos compartilhavam posturas colonialistas reprováveis aos nossos olhos.<sup>15</sup>

Em um pequeno texto, também publicado em 2020, Serge Gruzinski situa duas questões fundamentais para o entendimento dos fenômenos recentes de derrubadas de estátuas, tendo em vista, especialmente, o caso francês.<sup>16</sup> Em primeiro lugar, trata-se de perceber que os alvos dos manifestantes são estátuas que representam heróis, valores e ideais de uma nação que não existe mais. Assim, é preciso interrogar quem são os franceses de hoje, em quais padrões e princípios públicos acreditam e o que fazer com os preceitos herdados de outras épocas. E essa interrogação sugere o mote para a segunda questão, que consiste, na reflexão de Gruzinski, em considerar a atitude performativa inscrita em toda a reconstrução do passado. As experiências de outros tempos, compreendidas de maneiras variáveis de acordo com cada formação social, são investidas de padrões e de linhas de continuidade/descontinuidade distintos. Assim, por exemplo, a ideia de que há uma lógica comum que conduz todos os homens a experimentar uma história universal é fundamentalmente europeia e pode fazer pouco ou nenhum sentido para outros povos.

Na esteira do processo de globalização e dos questionamentos de grupos e sujeitos que não se sentem representados pela grande narrativa nacional, legada do século XIX, a historiografia precisa repensar os seus instrumentos e formas de análise, especialmente para se contrapor a uma representação patrimonial e eurocêntrica que ainda predomina nos principais veículos de comunicação de massa. De modo um tanto surpreendente, entretanto, Gruzinski afirma que essa reinterpretação do passado francês, como tarefa urgente exigida pelas manifestações antirracistas, deve ser realizada “somente pela reflexão histórica”, aquela “dos especialistas” que são portadores de “um conhecimento técnico e crítico das sociedades que nos precederam, adquirido através da pesquisa em arquivos, da confrontação com as fontes e do debate internacional com outras tradições historiográficas”.<sup>17</sup> Assim, “a destruição de estátuas e de monumentos não é certamente a melhor maneira de desconstruir o passado nem de compreender porque aceitamos há muito tempo a versão que nossos predecessores nos transmitiram”.<sup>18</sup> Nessa perspectiva, as manifestações revelam os sintomas de uma transformação histórica profunda, mas não podem ser instrumentos consistentes para compreendê-la.

O debate entre os historiadores brasileiros também demarcou uma pluralidade de manifestações e perspectivas de análise, ligando-se a um conjunto mais sistemático de reflexões sobre o nosso passado colonial e sobre a herança da escravidão. As intervenções procuraram responder às urgentes questões a respeito do que fazer com estátuas e monumentos que representavam memórias consideradas degradantes por grupos historicamente marginalizados e marcados pela violência que nos definiu como formação social. Nesse sentido, a destruição ou remoção de estátuas resultaria, de acordo com Pau-

<sup>15</sup> Cf. *idem*.

<sup>16</sup> Ver GRUZINSKI, Serge. Qui sont les Français d'aujourd'hui? *Sciences et avenir*, Paris, 2020. Disponível em <[https://www.sciencesetavenir.fr/archeo-paleo/serge-gruzinski-qui-sont-les-francais-d-aujourd-hui\\_145317](https://www.sciencesetavenir.fr/archeo-paleo/serge-gruzinski-qui-sont-les-francais-d-aujourd-hui_145317)>. Acesso em 2 maio 2022.

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> *Idem*.



lo Garcez Marins, professor da USP e curador do Museu Paulista, na interdição de uma discussão fundamental, colocada pelos protestos antirracistas que se expandiram pelo mundo desde maio de 2020, acerca do destino das imagens que representam sujeitos que fizeram fortuna com a violência do tráfico de escravos e com a exploração colonial, não obstante a justiça das demandas por reparação histórica.

A premissa de que derrubar estátuas significa apagar o passado e, mais ainda, obstar qualquer controvérsia sobre as formas de sua presença em nosso próprio tempo, ressurge nas posições de Marins. A ação iconoclasta não seria “efetivamente útil” e tornar-se-ia uma antítese do que seria verdadeiramente produtivo à comunidade política das cidades: “problematizar o ato de celebrar alguém do passado que hoje é intolerável”.<sup>19</sup> A correspondência entre as experiências passadas e os seus registros imagéticos induz à constatação de que as primeiras seriam enterradas caso retirássemos suas representações dos espaços públicos.

*O documento cruel sobre o passado é um ponto de partida. Precisamos aprender a desconfiar das imagens, dos monumentos, muito mais que simplesmente celebrá-los. Enquanto uma estátua de um bandeirante estiver na praça, a discussão sobre a memória dos bandeirantes e o massacre das populações indígenas, isso estará vivo. A partir do momento em que aquilo sai da praça, da rua, da vista, esse assunto pode simplesmente fenecer. Sumir.*<sup>20</sup>

Em uma posição igualmente crítica à derrubada das estátuas, o professor Jurandir Malerba, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizou alguns comentários em rede social, nos quais procurou externar o que entendia ser uma espécie de negacionismo às avessas envolvido nas ações iconoclastas que eclodiram em 2020. Em uma postagem em que recomendou um texto do psicanalista Contardo Calligaris, datado de 23 de julho daquele ano, Malerba assim escreveu.

*Que bom que cada vez mais gente fina, elegante e sincera e inteligente como Flavio Wolf de Aguiar e Contardo Calligaris têm se posicionado sobre isso; queimar documentos, derrubar prédios e estátuas não é o caminho para acertar contas, promover justiça e reparação. É só outro tipo, bem chinfrim, de negacionismo. Um negacionismo às avessas. Pode até soar urgente e radical, ecoar o voluntarismo romântico da juventude. Mas é só ingênuo, amargo, ineficiente e obscurantista. Não se ensina amor pregando ódio, nem se alcança paz com violência. Isso diziam Mandela, Martin Luther King, Paulo Freire. Eu prefiro seguir com esse time.*<sup>21</sup>

A intervenção suscitou 25 comentários, a maior parte com críticas e ponderações sobre a argumentação desenvolvida por Malerba. O debate, ain-

<sup>19</sup> MARINS, Paulo Garcez. Destruir uma estátua não resolve, é preciso discutir a memória, diz historiador. *UOL*, São Paulo, 11 jun. 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/11/destruir-uma-estatu-a-nao-resolve-e-preciso-discutir-a-memoria-diz-historiador.htm>>. Acesso em 1 maio 2022.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> MALERBA, Jurandir. Texto sobre derrubada de estátuas. *Facebook: jurandir.malerba*, Porto Alegre, 23 jul. 2020. Disponível em <<https://www.facebook.com/jurandir.malerba/posts/pfbid0k8RLy3RrPaDridUNVLpv3VcgPNjLHmCLN4LpaxPPvZ2BFikPsLRPb2A5W3J4qstLl>>. Acesso em 19 abr. 2022.

da que limitado pela própria dinâmica de funcionamento de uma rede como o *Facebook*, levou o historiador a redigir um outro texto dois dias depois, bem mais longo, com o objetivo de tornar mais claros os seus argumentos. Essa nova intervenção pode ser caracterizada, sem dúvida, pela maior consistência argumentativa, ainda que, como os próprios comentários à postagem demonstram, ela incorra em alguns dilemas e perguntas sem respostas. Reproduzo-a, já advertindo os leitores de sua extensão.

*Nesses tempos bichudos de radicalização em que vivemos, talvez não seja supérfluo reiterar que argumentar a favor da preservação das estátuas não há de fazer do argumentador um fascista ou racista. Prefiro seguir pelo caminho da razão, entendida como prática argumentativa em busca do entendimento.*

*Um primeiro ponto que levantei assenta no questionamento do universalismo pressuposto de que os valores e parâmetros éticos que eclodem em nosso presente são universais ou atemporais, como supunham os iluministas no século XVIII. Não são! Não foram no passado e nada garante que serão no futuro, partindo do pressuposto otimista de que teremos um futuro. A maioria dos textos que tenho lido em favor da iconoclastia usa exemplos limites, como do traficante Edward Colston, de Hitler, Stálin, Franco, Borba Gato, Anhanguera. Diante desses nomes icônicos de ditadores, traficantes e caçadores de indígenas, temos um impulso imediato de apoiar a implosão de seus monumentos. Mas a história é mais complexa. Podemos legitimamente reivindicar derrubar os monumentos à memória dessas figuras bizarras, caricaturais. No caso de Colston, de conexão imediata com os movimentos antirracistas atuais, é fácil defender a destruição do ícone.*

*Para contrapor, evoco a ação deletéria que teve a igreja católica na formação do Brasil. Nos tempos coloniais, embora condenando a ação predadora dos bandeirantes, a igreja contribuiu para a destruição dos povos originários por meio da evangelização, quando não da própria escravização (para não falar dos infinitos casos conhecidos de violência sexual contra mulheres indígenas). [...] A igreja católica foi cúmplice da coroa na ocupação dos sertões, na campanha da exploração aurífera, por exemplo. Disso resultou um imenso legado cultural, sob o epíteto genérico de “barroco”, que vai da literatura à música até o inestimável conjunto arquitetônico de todos conhecido. [...] Do ponto de vista lógico, o traficante e o senhor escravista (no caso, a igreja) não diferem em valor; por essa lógica, devemos então reclamar a derrubada das igrejas de Nossa Senhora do Pilar ou de São Francisco, em Ouro Preto, ou dos Doze Profetas de Congonhas. Diga isso para um ouro-pretano, mesmo para um ou uma afrodescendente engajado/a na luta contra o racismo.*

*[...] Aqui no RS, construiu-se ao longo de décadas uma autoimagem do estado, reverberada por todo espectro político [...] como rincão europeu nos trópicos, estado progressista, obra do imigrante alemão e italiano [...]. Isso está presente na literatura, na arquitetura, na arte. Aldo Locatelli, pintor ítalo-brasileiro, além da temática sacra, aportou enorme contribuição à narrativa da saga colonizadora europeia. Entre outras, tem um imenso mural dele sobre as profissões na reitoria da UFRGS. Não carece uma análise iconográfica mais detida para ver como se reiteram todos os estereótipos que poderíamos chamar de elitistas e racistas nessa obra: os homens brancos togados e em traje de gala, a figura poderosa do reitor (André Rocha, na época, 1958) sentado, o negro de pé em posição de contrição, a mulher sentada no chão, seios desnudos. Podemos tocar fogo no Locatelli?*

*Os exemplos seriam infinitos, mas creio ter exposto meu ponto. A quem pertencem os monumentos? Quem pode destruí-los? [...] Outra questão é: há que se colocar outro monumento/ícone no lugar? De quê? De Quem? Vamos supor que derrubamos o famigerado monstrengo do Borba Gato e se coloca no lugar dele uma estátua de um indígena. Não sou especialista no assunto, mas sabe-se que a guerra entre as etnias*

ocupava um lugar central na vida dos ameríndios [...]. O príncipe Wied deixou relato pungente de como os indígenas “civilizados” eram os primeiros a serem trucidados pelos botocudos, por quem nutriam grande ódio, ao terem-lhes como traidores. Aí, derrubado o bandeirante, se levanta a estátua de um Aymoré (batizados pelos portugueses de “botocudos” ou “bugres) e vêm um outro grupo dizer que os Aymoré eram inimigos de outra nação, essa sim merecedora de estátua. Aí vem outro reclamar que a estátua de índio é misógina e deveria ser de uma índia, e assim por diante.

A questão não é a quem se levantar estátuas, mas o que se fazer com as que estão aí! Elas têm um valor histórico, um valor estético e um valor político que ultrapassa às demandas de qualquer grupo social e de qualquer época isoladamente. Não consigo conceber qualquer profissional que se dedique ao “Patrimônio” compactuar com a destruição de qualquer... patrimônio.

Um último ponto que me é caro. A formação marxista me compele a sempre procurar buscar a big picture, a conexão das partes no todo. [...] Por suposto precisamos dar valor às lutas emancipatórias presentes, reconhecer e valorizar o protagonismo dos sujeitos que foram marginalizados, excluídos. [...] Mas não se compreenderá o passado, não se logrará êxito nas lutas presentes e não se construirá um futuro sem se considerar a presença de todos os agentes no processo, e isso inclui considerar as classes dominantes, as elites. Benjamin já dizia que os dominantes têm dominado desde sempre – por isso nos cabe escrever a história a contrapelo. Darcy Ribeiro é essencial: não se entende e não se muda o Brasil sem se conhecer o papel da classe dominante – mesquinha, sacana, perversa, ranzinza, azeda, medíocre, preguiçosa – a classe herdeira dos senhores de escravos, essa classe que gerou e gera o sofrimento da imensa maioria da população brasileira. Essa classe tem que aparecer na foto. Tem que estar à vista. Tem que ser exposta. Apagar e fazer esquecer é o modus operandi que ela sempre praticou. Não creio que deva ser o nosso caminho.<sup>22</sup>

Essa postagem gerou 63 respostas e 26 compartilhamentos. As posições se dividiram entre elogios e críticas aos argumentos de Malerba. Destaco aqui o comentário feito por Caroline Bauer, também professora da UFRGS, pois se trata de uma historiadora que já participou de discussões e debates sobre o tema. Para Bauer, é indevida a comparação entre as estátuas derrubadas e as igrejas coloniais, uma vez que as segundas não prestam homenagem “a uma figura ou ao seu pensamento”.<sup>23</sup> Em seguida, alude ao exemplo de Auschwitz, que também deveria ser destruído se a lógica iconoclasta fosse generalizada. O recurso comparativo mobilizado por Malerba, assim exposto, careceria de “parâmetros equitativos”. Ademais, de acordo com Bauer, para que as nossas elites sejam conhecidas, não faz falta “que elas permaneçam homenageadas no espaço público”.<sup>24</sup> O ponto fundamental aqui levantado se situa, para além das comparações mais ou menos pertinentes entre construções e monumentos de distintas épocas, na discussão sobre como definir o que pode ou não ser derrubado, ressignificado ou preservado no espaço público. Quais são os agentes socialmente legítimos para realizar tais escolhas? Em que circunstâncias essa legitimidade é adquirida? Quem a assegura?

<sup>22</sup> *Idem*, Novo texto sobre derrubada de estátuas. Facebook: jurandir.malerba, Porto Alegre, 25 jul. 2022. Disponível em <<https://www.facebook.com/jurandir.malerba/posts/pfbid0GjCGPpXUkjzUZk8UgtLb2aqy4rWMgEnjZiuSAFbjcypVTNfvLv17KeJkAkSnz6N11>>. Acesso em 20 abr. 2022.

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> *Idem*.

Em um texto publicado no jornal *Nexo*, Marcos Napolitano, conhecido pesquisador sobre a ditadura pós-1964 e professor da USP, questiona se as ações diretas de derrubada de monumentos asseguram a combinação imprescindível para o êxito de qualquer movimento social: uma causa justa, publicamente reconhecida como tal, e um conjunto de estratégias que não forneça argumentos plausíveis aos detratores.

*Uma ação radical polêmica, como a queima da estátua de Borba Gato, com todos os riscos físicos e legais que ela envolve, não deveria ser a regra de ação dos movimentos, sob o risco de romper o precário equilíbrio entre causa e estratégia. Imaginemos que a fúria desse “vandalismo do bem”, antirracista e anticolonialista, chegasse às igrejas coloniais ou aos acervos dos museus que, no limite, também podem ser vistos como símbolos do passado colonial eurocêntrico e racista. Os aplausos seriam generalizados? Reitero, entretanto, que esta avaliação é fundamentalmente política, e cabe aos próprios movimentos e suas lideranças.<sup>25</sup>*

A posição de Napolitano, inclusive em seus exemplos, se aproxima bastante daquela defendida por Malerba. Em ambos, as derrubadas de estátuas são reconhecidas como estímulos a reflexões importantes sobre as relações entre história, memória e espaço público. Napolitano, entretanto, avança na crítica e, em outra passagem, mobiliza a noção de anacronismo para situá-la como um dos princípios fundamentais tanto de uma memória quanto de uma historiografia críticas. Desse modo, não “devemos conhecer e analisar a história com a moral do presente”. Esse é também o ponto essencial para qualquer política pública, apoiada em um compromisso contra o racismo e a violência étnica, que vise discutir o destino das estátuas.

Para Napolitano, em relação ao caso da derrubada das estátuas, essa observação sobre o anacronismo deve servir ainda para considerar que os rituais de homenagens públicas que predominavam até o final de Segunda Guerra Mundial não eram preenchidos por aqueles que sofreram com violências e opressões, mas por indivíduos considerados heróis, benfeitores ou protagonistas de grandes acontecimentos. Como sabemos, é a memória pública do Holocausto que, desconfiada dos “discursos e símbolos pautados pelo nacionalismo étnico, pelo culto à civilização eurocêntrica e pelo patriotismo cego”, provocará uma guinada em relação às representações das vítimas.<sup>26</sup> As lutas antirracistas e anticoloniais aprofundam e ressignificam essa guinada, rompendo com certas formas de ocupação do espaço público herdadas da modernidade iluminista que estruturavam a autoimagem das sociedades ocidentais. Redimensionava-se não apenas as várias histórias nacionais, em um movimento de desfazimento dos seus mitos de origem, como também se questionava a permanência de homenagens e comemorações que mantinham intactas variadas formas de opressão.

Napolitano conclui apontando que uma política pública de memória orientada pela pluralidade cultural, pela defesa dos direitos humanos e pelo antirracismo deveria incluir as contribuições produzidas pelo debate histórico-

<sup>25</sup> NAPOLITANO, Marcos. A guerra às estátuas e a política pública de memória. *Nexo*, São Paulo, 29 jul. 2021. Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-%C3%A0s-est%C3%A1tuas-e-a-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-de-mem%C3%B3ria>>. Acesso em 12 maio 2022.

<sup>26</sup> *Idem*.

gráfico profissional e as discussões cada vez mais amplas sobre o ensino de história em seus diversos níveis. Assim, “a historiografia pode ajudar nos debates para uma nova política pública da memória que seja plural e inclusiva, que não esconda as violências do passado atrás de monumentos celebrativos nem chancela uma política de terra arrasada do patrimônio, por mais incômodo e polêmico que este seja para os valores atuais”.<sup>27</sup>

Os dois argumentos centrais presentes na condenação da derrubada das estátuas – o anacronismo inscrito nessas ações iconoclastas e o suposto apagamento das experiências passadas que elas provocam – partem de um mesmo substrato historiográfico: a noção da alteridade do passado e da sua diferença fenomenológica em relação ao presente. O anacronismo é, em primeiro lugar, a desconsideração dessa dissimetria primordial que define a própria condição de possibilidade da história. É também essa diferença que permite sustentar a afirmação de que o passado seria abolido por meio dos ataques aos monumentos e às estátuas, pois, único e irremediavelmente distinto do presente, ele se perderia por completo se fosse, de algum modo, apagado. Em conjunto, essas duas críticas caracterizam uma posição hiper-historicista que pode ser definida, nesse caso, como a defesa da integralidade do passado, cujo conhecimento depende da nossa capacidade de compreendê-lo a partir de suas próprias expressões, sentidos e problemas.

### O pecado?

A percepção de que há um julgamento moral do passado pelo presente pode ser sintetizada, de forma bastante didática, por essa passagem do historiador francês Henry Rousso, em uma entrevista concedida às historiadoras Angélica Muller e Francine Iegelski a respeito dos desafios e perspectivas colocados à história do tempo presente.

*O historiador do tempo presente, como outros, pode também, às vezes, colocar-se em guarda contra essa ideia de que nosso presente, nossos valores – que são, no final das contas, efêmeros – podem reescrever uma história no “bom senso” ou reparar os efeitos de velhos processos que datam de séculos. Recentemente, logo após o atentado de Charlottesville, uma consequência da decisão de retirar de um parque da cidade uma estátua do general Lee, figura emblemática dos supremacistas americanos, uma associação francesa, o Conseil représentatif des associations noires (Cran) exigiu que se fizesse o mesmo com as estátuas de Colbert, ministro de Luís XIV e figura emblemática da história da França, que foi também um dos inspiradores do Código Negro, o texto de referência da escravidão. Esse é um exemplo de uma forma de embranquecimento da história e de uma leitura exclusivamente presentista do passado que reduz uma personagem ou um evento histórico exclusivamente à dimensão moral, que só lê o passado pelas grandes obsessões de nosso presente, nesse caso, o antirracismo, conceito que não tem muito sentido se aplicado ao século XVII. A história da memória tal como foi desenvolvida pelos historiadores do tempo presente permite colocar em perspectiva tais reivindicações fundadas exclusivamente sobre emoções identitárias.*<sup>28</sup>

<sup>27</sup> *Idem.*

<sup>28</sup> ROUSSO, Henry *apud* MULLER, Angélica e IEGELSKI, Francine. Entrevista com Henry Rousso. *Tempo*, v. 24, n. 2, Niterói, maio-ago. 2018, p. 5.



As observações de Rousso referem-se, de um modo mais oblíquo e indubitavelmente sofisticado, às premissas clássicas que definem a “regra de ouro” do anacronismo.<sup>29</sup> Trata-se de não projetar sobre o passado o nosso presente com seus valores, realidades e sistemas de crença que são forçosamente distintos daqueles cultivados pelos sujeitos que nos antecederam. Estes só podem ser entendidos em seu próprio tempo, por meio das limitadas possibilidades que possuíam de compreensão do mundo e da construção de sentido para as suas próprias vivências. O historiador deve buscar, portanto, uma consonância “eucrônica” da qual fala Didi-Huberman<sup>30</sup>, de modo a evitar que passado e presente se contaminem mutuamente por meio da confusão entre experiências e contextos distintos. Essa operação temporal de constituição do outro, aquele que não nos é contemporâneo, foi igualmente uma condição de possibilidade para a prática antropológica, conforme demonstrou Johannes Fabian.<sup>31</sup> Essa negação da coetaneidade investia-se, pretensamente, tanto de bases epistemológicas quanto políticas e morais. Ela se relacionava a um exercício intelectual basilar para a compreensão do passado em seus próprios termos ao mesmo tempo em que reconhecia, lembrando Certeau, a dignidade dos mortos e de suas experiências.<sup>32</sup>

Poucos conceitos no campo da prática historiográfica tiveram tanto poder de mobilização e de prescrições normativas. Em torno do anacronismo, definiu-se um conjunto de procedimentos e de gestos que caracterizam o bom historiador e que são generalizáveis ao domínio disciplinar como um todo. Evitar posturas anacrônicas condicionava o estudo do passado e as fórmulas pelas quais articulamos a experiência temporal. Apesar da existência de uma bibliografia crítica a respeito do conceito de anacronismo em diversos campos e disciplinas, a investigação propriamente historiográfica sobre o tema é ainda incipiente, o que demonstra, possivelmente, o quanto certos modos de pensar as temporalidades e suas políticas se enraizaram entre os historiadores.<sup>33</sup>

A condenação do anacronismo investe-se de uma razão historicista segundo a qual cada época deve ser compreendida em seus próprios termos e o historiador deverá sempre conservar a distância histórica como um valor epistêmico, ou seja, ele deve assegurar o lapso entre os fatos e a sua narração.<sup>34</sup> Essa salutar prática historiográfica só pode ser sustentada se admitirmos que o passado é uma realidade ontológica que, embora possa sempre provocar controvérsias quanto à sua correta interpretação, deve ser admitida como correspondente a um conjunto de acontecimentos localizáveis no tempo e no espaço.<sup>35</sup> Trata-se de uma forma de compreensão histórica tipicamente moderna que exigiu modelos teóricos e protocolos empíricos capazes de elucidar as

<sup>29</sup> Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 19.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.

<sup>31</sup> Ver FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.

<sup>32</sup> Ver DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

<sup>33</sup> Cf. GONÇALVES, Bruno Galeano de Oliveira. Os sentidos do anacronismo. *História da Historiografia*, v. 15, n. 38, Ouro Preto, 2022, p. 288.

<sup>34</sup> Cf. BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. *História da Historiografia*, v. 8, n. 18, Ouro Preto, 2015.

<sup>35</sup> Para uma discussão crítica sobre o realismo ontológico, ver KLEINBERG, Ethan. *Haunting history: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017.

distinções entre as épocas e de evitar, conseqüentemente, que elas se confundissem indevidamente.<sup>36</sup> O passado só adquire sua substância em uma operação que torne suas produções documentos, arquivos e vestígios, cujo sentido só pode ser adquirido sob a perspectiva do distanciamento e da contextualização.

Esse “fetiche historiográfico pela precisão”, de acordo com Stefan Hanß, revela mais sobre as conceitualizações do tempo produzidas na modernidade do que sobre aquelas desenvolvidas pelos nossos antepassados.<sup>37</sup> A própria visão de um tempo linear, progressivo e homogêneo, como será visto, depende do estabelecimento da precisão cronológica como um dado da modernidade. Entretanto, se o anacronismo consiste no deslocamento indevido das nossas visões de mundo e dos nossos conceitos para o passado, é também salutar nos interrogarmos sobre a viabilidade de construirmos nossas narrativas históricas valendo-nos exclusivamente dos registros e das palavras de outros tempos e de outros universos.<sup>38</sup> Essa atribuição de autossuficiência ao passado implica admitir uma identidade temporal coesa, uma homogeneidade que sugere que nada pode estar “fora” do tempo, medido aqui, sobretudo, pelos dispositivos cronológicos de sincronização. Se desejamos entender quem foi Borba Gato, por exemplo, devemos ouvir, fundamentalmente, as fontes históricas.

As distinções e demarcações entre passado, presente e futuro são elas mesmas atos que fazem apenas observar uma ordem natural, cronológica, e que define o que pode ser considerado ou não contemporâneo a partir de uma lógica de simples pertencimento temporal? Ou essas definições envolvem escolhas e atos performativos que discriminam quem ou o quê pertence ao presente ou ao passado?<sup>39</sup> Interrogações semelhantes podem ser feitas aos próprios procedimentos de definição de um evento histórico e suas margens temporais.<sup>40</sup> Em que medida a definição do que nos seja ou não contemporâneo é uma forma de “política do tempo”, isto é, um dispositivo de autoridade capaz de demarcar fronteiras temporais e de revesti-las de visibilidade? Como complemento, poderíamos ainda questionar até que ponto todos os pressupostos intelectuais de uma época estão disponíveis aos atores históricos, cabendo à historiografia profissional descrever os sistemas de pensamento e os modos de vida de outros tempos. Essa restrição procedimental da prática historiadora não inviabilizaria a tomada de consciência do desenvolvimento dos conceitos como transformações ocorridas para além dos movimentos mais visíveis dos epifenômenos sociais?<sup>41</sup>

Conceber o tempo como um ato performativo e político postula, portanto, fixar alteridades temporais, no mesmo movimento em que define o que

<sup>36</sup> Cf. BEVIR, Mark, *op. cit.*, p. 16.

<sup>37</sup> Ver HANß, Stefan. The fetish of accuracy: perspectives on early modern time(s). *Past and Present*, v. 243, n. 1, Oxford, 2019, p. 268.

<sup>38</sup> Cf. BOSA, Bastien. La juste distance? Comment les sciences sociales et historiques pensent la différence. *Social Science Information*, v. 52, n. 1, Paris, 2013, p. 68.

<sup>39</sup> Cf. MUDROVIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries? *Rethinking History*, v. 23, n. 4, London, 2019, p. 457.

<sup>40</sup> Cf. KARLA, Anna. Controversial chronologies: the temporal demarcation of historical events. *History and Theory*, v. 60, n. 1, Middletown, 2021.

<sup>41</sup> Cf. GONÇALVES, Bruno Galeano de Oliveira, *op. cit.*, p. 291.

é o nosso presente e, especialmente, quem o habita.<sup>42</sup> Expulsar certos acontecimentos e sujeitos da nossa contemporaneidade significa escolher e incorporar outros. Assim, expressar algo como contemporâneo é uma experiência que se reconfigura a cada época e não tem, por excelência, qualquer critério definido e regular. Viver sob o mesmo tempo como condição da contemporaneidade é, desse modo, apenas uma das formas possíveis de qualificação do presente. De acordo com María Inés Mudrovcic,

*quando acreditamos que algo que está cronologicamente presente já pertence ao passado, [...] ou, ao contrário, quando um passado nos parece muito presente, ou quando pensamos que o futuro está fechado ou desconectado do presente, abre-se um interstício que nos permite questionar a experiência do presente como 'naturalizado', 'dado' ou 'observado'. Nesse sentido, a noção de políticas do tempo nos permite questionar como estabelecemos os limites de nosso presente e criamos formas de alteridade temporal que são estranhas à mera simultaneidade cronológica.*<sup>43</sup>

O tempo presente somente podia se afirmar como contemporâneo na medida em que demandava a projeção de uma universalidade cujo parâmetro era justamente esse corte entre passado e presente que a Revolução Francesa produziu. Assim, o resto do mundo passava a ser avaliado em função desse tempo linear e homogêneo que nos levava, de modo indistinto, ao progresso. A modernidade europeia fundava sua narrativa em uma dupla diferenciação: por um lado, em relação ao mundo feudal superado e, portanto, arcaico; por outro, em relação a outros povos que, mesmo que coexistissem no mesmo tempo que os europeus, não eram seus contemporâneos.

Estabeleciam-se, desse modo, os critérios que distinguiam a singularidade da noção moderna de contemporâneo. Em primeiro lugar, definia-se uma dupla diferença em relação ao que era passado, ou seja, ao não contemporâneo: diacrônica, isto é, o passado é o tempo do antes de agora, aquele anterior, o que ficou para trás; e sincrônica, pois não ser contemporâneo era também não partilhar das normas e dos valores associados ao estado nacional. O anacrônico coincidia nesse ponto com o que era atrasado, não desenvolvido, obsoleto. Duas formações sociais poderiam coexistir no tempo e nem por isso serem contemporâneas. Ainda que a nascente ciência histórica não incorporasse explicitamente essa forma de definição do que era o contemporâneo, a distinção ontológica entre passado e presente era uma das condições de possibilidade para fundamentar, tanto epistemológica quanto metodologicamente, suas pretensões. O passado é uma alteridade reconhecível por intermédio dos vestígios e dos testemunhos que lega ao nosso tempo. Desse modo, essa diferença só poderia ser compreendida por intermédio de sua própria linguagem e formas de representação. Interditava-se, portanto, qualquer intrusão do presente do historiador sobre o passado que era investigado. O tempo que ficava

<sup>42</sup> Cf. PÉREZ, Moira. Caught between past and future: on the uses of temporal figurations for political exclusion. In: SIMON, Zoltán Boldiszár and DEILE, Lars (eds.). *Historical understanding: past, present and future*. London: Bloomsbury, 2022, p. 36.

<sup>43</sup> MUDROVCIC, María Inés, *op. cit.*, p. 458 e 459.

para trás assumia a condição de passado histórico em função de sua “passeidade”.<sup>44</sup>

O transcorrer do tempo operava numa chave progressiva que vinculava passado e presente através das transformações que eram cronologicamente localizadas. Diferença e alteridade adquiriam sentido mediante a noção correlata de progresso. O gesto crítico de Walter Benjamin delineou uma das mais fortes imagens da modernidade, vista agora como tragédia, em oposição ao discurso que interpretava os eventos como episódios de desenvolvimento contínuo. “O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se, mas uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro. Essa tempestade é o que chamamos de progresso”.<sup>45</sup>

As memórias dos chamados passados traumáticos, as várias formas de justiça de transição, as políticas de reparação histórica e a ascensão de uma cultura da memória foram fatores que, ao longo do século XX, forçaram os historiadores a reverem suas posições dominantes acerca da constituição das temporalidades históricas e das fronteiras entre passado, presente e futuro. A percepção de que certas experiências pretéritas parecem não ter se encerrado e de que certos fins nunca chegam fez com que muitos analistas apontassem para a emergência de uma crise da consciência histórica que se manifestaria na ideia de que o passado, em si mesmo, não é uma realidade ontológica definida pela alteridade em relação ao presente.<sup>46</sup> O que esse debate realça é a necessidade de compreendermos o passado não como uma anterioridade que pode ser definida cronologicamente, mas como “um conceito relacional dependente de uma noção específica de presente que é em si mesma problemática e não pode jamais ser simplesmente observada ou empiricamente subdeterminada, na melhor das hipóteses”.<sup>47</sup>

Essa noção específica de presente não pode se esgotar neste tempo que nos é dado viver aqui e agora. Aqueles que aderem incondicionalmente à sua época não são forçosamente contemporâneos a ela, pois a contemporaneidade demanda o alargamento do horizonte temporal, a experiência de trânsito entre mundos distintos, pois “pertence verdadeiramente ao seu tempo aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente atra-



<sup>44</sup> BERBER, Berber. ‘A passeidade do passado’: reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista. *Revista de Teoria da História*, v. 24, n. 1, Goiânia, 2021.

<sup>45</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 226.

<sup>46</sup> Para uma discussão sobre a crise da “passeidade”, ver GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Our broad present: time and contemporary culture*. Nova York: Columbia University Press, 2014; HAROOTUNIAN, Harry. Remembering the Historical Present. *Critical Inquiry*, v. 33, n. 3, Chicago, 2007; LAGROU, Pieter. De l’histoire du temps présent à l’histoire des autres. Comment une discipline critique devint complaisante. *Vingtième Siècle: Revue d’histoire*, n. 118, v. 1, Paris, 2013; LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013; MAIER, Charles. A surfeit of memory? Reflections on history, melancholy, and denial. *History and Memory*, n. 5, v. 1, Bloomington, 1993; OSBORNE, Peter. *Anywhere or not at all: philosophy of contemporary art*. Londres: Verso, 2013; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Lembranças do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da Internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

<sup>47</sup> BEVERNAGE, Berber, *op. cit.*, p. 28.

vés deste deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que outros, de perceber e apreender o seu tempo”.<sup>48</sup>

A percepção da não contemporaneidade e a consideração das tensões anacrônicas entre os tempos podem abrir nosso campo a formas inéditas de historicização para além do cronótopo historicista. Não por acaso, Dipesh Chakrabarty definiu como uma das propriedades do presente a possibilidade de não ser contemporâneo a si próprio, o que abriria novas possibilidades de reflexão sobre a escrita da história. “É porque nós sempre já temos experiência daquilo que faz o presente não-contemporâneo a si que nós podemos de fato historicizar. Assim, o que permite aos historiadores medievalistas historicizar o medieval ou o antigo é o próprio fato de esses mundos não serem nunca completamente perdidos. É porque vivemos em nós temporais que podemos, por assim dizer, empreender o exercício de desatar algumas partes”.<sup>49</sup>

Quando pensamos as memórias simbolizadas em monumentos que consagram indivíduos como Edward Colston ou Borba Gato, a exigência de uma observação irrestrita das diferenças entre passado e presente pode resultar na perda de uma perspectiva crítica essencial às lutas por justiça histórica e pelo fim das opressões raciais. A estranheza do passado, nesses casos, aciona dispositivos de poder que implicam a rejeição da própria presença, no nosso tempo, daquelas injustiças e formas de opressão. Stephan Palmié argumentou, precisamente, sobre como a presunção historicista de manter o passado à distância (tanto do ponto de vista cronológico quanto qualitativo) como um meio de evitar as tentações presentistas é altamente ideológica e “logicamente instável”.<sup>50</sup>

A instabilidade da hipótese historicista sobre a alteridade do passado deriva, sobretudo, da incongruência de se conceber toda uma época a partir de certos mapas conceituais unitários, sejam provenientes das próprias fontes ou da linguagem dos historiadores. Essa alegada coerência implica admitir, por exemplo, que Edward Colston representa fielmente seus contemporâneos. Essa busca pela identidade de um tempo consigo mesmo interditará, em um sentido mais amplo, a construção de conexões que vinculam acontecimentos, processos e atores sociais sob modos e formas que escapam a toda contemporaneidade.<sup>51</sup> Uma afirmação como a de que a violência da escravidão é a matriz da violência racial contemporânea só é possível em nosso presente, pois, para isso, seria necessário conhecer as permanências e legados da ordem escravista vinculando-os ao passado histórico da escravidão moderna. O tipo de conhecimento fundado em escalas temporais amplas embaralha nossa interpretação usual do anacronismo, pois demanda, simultaneamente, a distância histórica para que se alargue a compreensão do passado e a inevitável intromissão de categorias e conceitos do analista de modo que ele possa estabelecer nexos e correlações entre os tempos.

<sup>48</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2009, p. 58.

<sup>49</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. *Minority histories, subaltern pasts*. *Postcolonial studies*, v. 1, n. 1, London, 1998, p. 27.

<sup>50</sup> PALMIÉ, Stephan. *Slavery, historicism, and the poverty of memorialization*. In: RADSTONE, Susannah; SCHWARZ, Bill (orgs.). *Memory: histories, theories, debates*. New York: Fordham University Press, 2010, p. 370.

<sup>51</sup> Cf. MUSSY, Luis G. de e VALDERRAMA, Miguel. *Anacronismo*. In: *Historiografía postmoderna: conceptos, figuras, manifiestos*. Santiago: Rede Internacional del Libro, 2010, p. 58.

A reflexão sobre a produção visual das cidades pode se beneficiar dessas visadas críticas do anacronismo na medida em que se abre para a interrogação a respeito das plasticidades e fraturas, dos ritmos e embates temporais. Há, aqui, a possibilidade de nos referirmos às edificações de prata e bronze com os mesmos termos empregados por Georges Didi-Huberman para discutir os estratos de tempo contidos na imagem.

*Diante de uma imagem – por mais antiga que seja –, o presente nunca cessa de se reconfigurar, se a despossessão do olhar não tiver cedido completamente o lugar ao hábito pretensioso do “especialista”. Diante de uma imagem – por mais recente e contemporânea que seja –, ao mesmo tempo o passado nunca cessa de se reconfigurar, visto que essa imagem só se torna pensável numa construção da memória, se não for da obsessão. Diante de uma imagem, enfim, temos que reconhecer humildemente isto: (...) somos diante dela o elemento de passagem, e ela é, diante de nós, o elemento do futuro, o elemento da duração [durée]. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro que o ser [étant] que a olha.<sup>52</sup>*

A impossibilidade de converter toda uma época em um conjunto coeso e indivisível de valores nos conduz à hipótese de apreendermos os monumentos como um mosaico anacrônico de tempos heterogêneos. Assim, na

*dinâmica e na complexidade dessa montagem, noções históricas tão fundamentais quanto as de “estilo” ou de “época” revelam, de repente, uma perigosa plasticidade (perigosa somente para aquele que gostaria que tudo estivesse em seu lugar, de uma vez por todas, na mesma época: figura bastante comum daquele que eu chamarei de “historiador fóbico do tempo”). Propor a questão do anacronismo é, então, interrogar essa plasticidade fundamental e, com ela, a mistura, tão difícil de analisar, dos diferenciais de tempo operando em cada imagem.<sup>53</sup>*

Essa plasticidade remonta a uma superposição de temporalidades, de estilos e de formas que não podem ser explicados caso estejamos preocupados apenas em restituir as evidências do tempo em que a obra foi produzida. A constelação de tempos heterogêneos combina-se ainda com múltiplas perspectivas de pensamento que cruzam gerações, espaços e tempos. O horizonte “eucrônico”, ou seja, aquele caracterizado pela plena correspondência entre a obra e o seu tempo, seria insuficiente para compreender como as manipulações, aparições e irrupções são constituintes de toda imagem.

Didi-Huberman anuncia, em primeiro lugar, uma atitude historiográfica que insere a memória como a forma, por excelência, de constituição dessas tessituras temporais, desses jogos de significados que se definem pelo movimento do seu próprio cruzamento. A percepção dessas estratificações do tempo pode ser impulsionada pelo “mais-que-presente de um ato reminiscente: um choque, um rasgo de véu, uma irrupção ou aparição do tempo, tudo o que Proust e Benjamin disseram tão bem sobre a ‘memória involuntária’”.<sup>54</sup>

Esse impulso a partir do presente delinea, novamente, o problema da justa distância entre o historiador e o seu tema de estudo, questão que parece

<sup>52</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges, *op. cit.*, p. 15.

<sup>53</sup> *Idem.*

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.

estar destinada à irresolução. Os riscos explícitos do presentismo não são menores do que aqueles que surgem quando nossos objetos se situam tão afastados no tempo que se tornam não mais do que resíduos inócuos em sua própria objetividade. Eliminar a distância não é uma possibilidade. Por outro lado, Didi-Huberman fala em “fazê-la trabalhar no tempo diferencial dos momentos de proximidades empáticas, intempestivas e inverificáveis com os momentos de recuos críticos, escrupulosos e verificadores”.<sup>55</sup> O que se coloca em cena aqui não é simplesmente o reconhecimento do anacronismo como um recurso metodológico ou heurístico a ser utilizado com zelo e precaução, mas a própria afirmação de que só existe história anacrônica. Assim, os tempos que se encontram e entram em colisão em cada objeto definem as próprias condições de possibilidade do seu conhecimento. São, portanto, um sintoma, a conjugação entre diferença e repetição e, simultaneamente, uma crítica da história como submissão unilateral ao tempo cronológico.

Os que defendem ou minimizam as memórias monumentalizadas do escravismo colonial o fazem também alicerçados em uma perspectiva presente, ou seja, é deste tempo de que falam e emitem suas considerações e juízos sobre o passado. Esses “guardiões do consenso histórico” recortam acontecimentos, privilegiam certos atores e modulam suas interpretações sobre as experiências pretéritas sem admitir que se trata de escolhas que não estão, portanto, imunes a releituras e à própria passagem do tempo. Tudo é postulado como se se tratasse de uma história evidente, única e que dispensaria contradições e disposições opostas.<sup>56</sup>

Textos e imagens não congelam significados e sentidos. As formas pelas quais estátuas e monumentos afetam os sujeitos estão inseridas na dinâmica social e não carregam, por si mesmas, quaisquer feições inegociáveis. Sob essa lógica, as disputas se dão até mesmo pelo que pode ser considerado ou não anacronismo. Tomemos um exemplo: a estátua do Padre Antônio Vieira, inaugurada em 2017, em Lisboa. No pedestal, a inscrição apresenta o religioso como “Jesuíta, Pregador, Sacerdote, Político, Diplomata, Defensor dos Índios e dos Direitos Humanos, Lutador Contra a Inquisição”. Algumas dessas distinções são flagrantemente anacrônicas. Vieira jamais se reconheceu como um “político” e o conceito de “direitos humanos” era inexistente em seu tempo. Os defensores da estátua e, por consequência, do legado do colonialismo, reconheceriam nessas definições impróprias os sinais de um anacronismo que certamente identificariam naqueles a quem acusam de vandalizar monumentos públicos?<sup>57</sup> Ou anacrônicos são somente aqueles que questionam a persistência de visualidades que exaltam sujeitos representativos de modalidades de exploração e de racismo ainda contemporâneas?

Na medida em que as imagens possuem uma óbvia historicidade, não sendo, portanto, “atemporais” e “absolutas”, elas também trazem, por suas formas heterocrônicas e pelas montagens temporais que carregam, um questionamento decisivo sobre os modelos de inteligibilidade oferecidos pela histó-

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, p. 28.

<sup>56</sup> Cf. BARREIROS, Inês Beleza *et al.* O Padre Antônio Vieira no país dos cordiais. *Público*, Lisboa, 2 fev. 2020. Disponível em <<https://www.publico.pt/2020/02/02/sociedade/ensaio/padre-antonio-vieira-pais-cordiais-eterna-leveza-anacronismo-guardiaes-consenso-lusotropical-1902135>>. Acesso em 2 maio 2022.

<sup>57</sup> Cf. *idem*.

ria. Essas tensões epistemológicas são mais potencializadas, a meu ver, pelos movimentos que questionam a permanência de estátuas, monumentos e imagens que mantêm vivas as memórias representativas de valores e práticas considerados, hoje, moralmente inaceitáveis. É nessas tensões temporais, nesses sintomas, nessas irrupções que os historiadores podem não apenas sentir a pulsação das ruas, mas, sobretudo, se envolver mais profundamente em discussões sobre os nossos poderes disciplinares. É possível que esses movimentos nos conduzam a questionamentos cada vez mais desorientadores sobre método, critérios de validação, formas de enunciação e engajamento ético que jaziam mais ou menos inconscientemente nas fronteiras (mal?) estabelecidas da disciplina. Mas é exatamente quando a história duvida do seu método e de seus objetivos que ela se abre e amplia o “campo de suas competências”. Resta saber se aceitaremos os desafios colocados pela iconoclastia contemporânea ou se permaneceremos na olímpica e cômoda posição de guardar a sacralidade disciplinar contra seus maus praticantes e pecadores.

Se o passado, em sua complexidade, tensões e temporalidades múltiplas, jamais pode ser conhecido em sua exatidão, o que precisamente se sabe dele? Em que momento tomamos consciência de que há um tempo que não é o das datas, um tempo cuja presença nos permite compreender que somos estranhos aos homens do passado, mas também seus descendentes, seus semelhantes? Esse tempo, talvez o que seja efetivamente interrogado pelo historiador, é o da memória, que, segundo Didi-Huberman, “decanta o passado de sua exatidão. É ela que humaniza e configura o tempo, entrelaça suas fibras, assegura suas transmissões, devotando-o a uma impureza essencial. Pois a memória é psíquica em seu processo, anacrônica em seu defeito de montagem, reconstrução ou ‘decantação’ do tempo”.

### Disputar estátuas, derrubar incômodos

Os conflitos pelo passado demarcam estratégias distintas e formas socialmente construídas de ocupação das cidades. A definição do que deve ser lembrado ou esquecido é também uma *performance* na disputa pela cultura visual pública.<sup>58</sup> Intervenções, gestos e espetacularizações são formas de ressignificar o espaço e de construir e/ou reformar imaginários. Derrubar uma estátua não deveria ser visto como o apagamento da história, mas justamente como o oposto, pois significa a perda da reverência à eternidade, à memória definitiva, à experiência monumentalizada. As cidades não são espaços mortos, e as transformações que asseguram sua vitalidade e potência são o resultado de mobilizações políticas e culturais em torno de passados mais ou menos sensíveis e não menos importantes são os discursos e as relações de poder que envolvem a produção dessas visualidades na *urbe*. Como lembra Richard Drayton, a organização de uma exibição para um olhar público é um princípio do planejamento urbano, da paisagem construída das cidades.<sup>59</sup> Não há como,

<sup>58</sup> Cf. BEIGUELMAN, Giselle. Ataques a monumentos enunciam desavenças pelo direito à memória. *Folha de S. Paulo*, 12 jun. 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/ataques-a-monumentos-enunciam-desavenças-pelo-direito-a-memoria.shtml>>. Acesso em 3 maio 2022.

<sup>59</sup> Ver DRAYTON, Richard. Rhodes must no fall? Statues, postcolonial ‘heritage’ and temporality. *Third text*, v. 33, n. 4, London, 2019, p. 2.

portanto, evitar essas disputas culturais e por sentidos atribuídos às experiências vividas. Elas pertencem à dinâmica das sociabilidades e das performances políticas que se atualizam cotidianamente. Erguer estátuas é um ato histórico tanto quanto derrubá-las e mesmo que elas possam se manter intactas por anos, ou mesmo séculos, esse não é um destino inevitável, pois “nesses movimentos de conspurcação positiva dos emblemas, as estátuas, antes aparentemente inertes em sua frieza, tornam-se símbolos de opressões que criaram o mundo desigual como ele é antes que houvesse uma cidade a embelezar, um patrimônio a proteger, uma história nacional para comemorar”.<sup>60</sup>

O fato de ser ainda em torno de monumentos que nos reunimos para celebrar, reivindicar e protestar é uma oportunidade valiosa para ver, ouvir e sentir seus efeitos sobre os corpos e mentes dos subalternizados, excluídos, invisibilizados ou exterminados. Por isso, fazer os monumentos sangrarem, mesmo que simbolicamente, é afirmar sua relevância, que, sob essa ótica, não se justifica apenas pelas memórias que são pretensamente transmitidas e tampouco pela estabilidade das identidades a elas relacionadas.<sup>61</sup> Esses registros apontam para uma atualização constante do passado no presente e são típicos de um regime patrimonialista que se estruturou fortemente em torno de alguns valores – históricos, artísticos, utilitários e políticos – vistos como capazes de representar a identidade de uma sociedade ou de uma nação. A crise presente e a derrubada das estátuas colocam em xeque justamente essa transmissibilidade e nos convidam a pensar a história sob outras bases e não apagá-la.<sup>62</sup> A força desses atos residirá na superação dessa atualização narcísica na qual os homens do nosso tempo se projetam no passado e na abertura efetiva para uma atualização histórica, para uma repetição transformadora que não redunde em um mero reflexo atualista.

Estátuas e monumentos são constituídos através de ações e de gestos que são históricos e políticos e não ensinam, por si mesmos, quaisquer lições sobre os passados que desejam representar. Não é pertinente traçar uma linha unificadora entre todas as iniciativas iconoclastas que presenciamos em nosso tempo. Lançar às águas de um rio a estátua de um traficante de escravos não tem o mesmo significado que a destruição de monumentos históricos promovida pelo Estado Islâmico. Situar todos esses atos sob o manto do vandalismo pode bem render boas manchetes jornalísticas, mas causa prejuízo inegável à análise histórica. Reconhecer distintas razões e motivações, estabelecer suas origens e efeitos, compreender as suas dinâmicas internas não são formas apriorísticas de adesão à ou de condenação da iconoclastia contemporânea, mas gestos críticos que nos permitem sair da superfície e do senso comum que parece cada vez mais potente em nosso presente atualista. A compreensão política dessa dinâmica não precisa esperar pelos governos. Ela pode ser protagonizada por todos cidadãos que desejam habitar espaços públicos caracterizados pela pulsão democrática e por passados plurais.

Reconhecer as demandas de grupos historicamente excluídos para que inscrevam suas memórias monumentalizadas no espaço público, ou para que

<sup>60</sup> ABREU, Marcelo, *op. cit.*, p. 238.

<sup>61</sup> Cf. ARAÚJO, Valdeci Lopes. Atualizar monumentos e (des) ativar histórias. In: MENEGUELLO, Cristina e BENTIVOGLIO, Júlio (orgs.), *op. cit.*, p. 12.

<sup>62</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 16.



tenham o direito de derrubar estátuas que homenageiam seus opressores de outrora, não significa assumir a iconoclastia como um valor evidente, como uma *performance* redentora que produz visibilidade e justiça aos derrotados da história. Não há um conjunto de prescrições sobre o que fazer com os objetos que representam formas históricas de violência e opressão e, da mesma forma, não parece razoável supor que os poderes públicos tomem decisões sobre esse tema sem o estabelecimento de um canal de diálogo constante com a sociedade civil e, especialmente, com os movimentos sociais que lutam por apropriações e representações do passado mais plurais e eticamente responsáveis.

Como um dos tantos conceitos forjados na modernidade, a história – com suas formas de temporalização e de construção da distância – integrou um universo semântico e político que não foi capaz de alargar a todos as suas promessas de democratização e de cidadania. A singularidade da modernidade ocidental operou com um regime de historicidade que apontava o futuro como o seu horizonte predominante, o que significava, em outros termos, concebê-lo como progressivamente distinto do presente e do passado. Era nessa constelação intelectual e ideológica que o reconhecimento do anacronismo se transformava em uma condição da própria existência do progresso, entendido como a condição de possibilidade para a reflexão sobre o mundo histórico. É possível imaginar essa utopia redentora em nosso tempo? Quais são os seus agentes? E quais são os seus “outros”? Mais do que isso, de que utopia falamos?

Para além de indicar futuros possíveis e desejáveis, as ações que tiveram as estátuas como alvos suscitaram interrogações e inquietações sobre como concebemos o tempo e definimos quem são os nossos contemporâneos, isto é, sobre como construímos fronteiras para decidirmos o quê pertence ou não ao nosso presente. A iconoclastia recente pode ser lida sob a chave da presença do passado e das transformações da visualidade pública em meio às práticas sociais, dirigindo a nossa atenção para as limitações implicadas no ato de delimitar os objetos de investigação a um tempo cronologicamente situado. Como afirma Rita Felski, não há nenhuma razão intelectual ou prática pela qual o contexto original de um acontecimento histórico deva ser a sua autoridade final, conferindo, desse modo, à sincronização temporal a forma por excelência de situar acontecimentos e personagens no tempo.<sup>63</sup>

As culturas urbanas e os espaços consagrados às estátuas e monumentos não são formas de imobilização do tempo nas quais imagens e personagens representam acontecimentos e processos históricos cujos efeitos podem até ser sentidos em nosso tempo, mas definem uma marca indelével do passado: a sua passividade. Bem ao contrário, as controvérsias e disputas envolvendo os destinos de incômodas estátuas demonstram que o presente é habitado por diversas temporalidades, numa policronia em que a definição de fronteiras entre o passado e o presente é mais um exercício de uma política do tempo do que uma ordem natural.<sup>64</sup> A historicidade plural que reside nos objetos do passado indica que eles se inscrevem em formas de pensamento ativas e sujeitas a interpretações, usos e demandas de distintos grupos sociais. Estamos,

<sup>63</sup> Ver FELSKI, Rita. Context Stinks! *New Literary History*, v. 42, n. 4, Baltimore, 2011, p. 581.

<sup>64</sup> Cf. FARELD Victoria. Framing the polychronic present. In: SIMON, Zoltán Boldiszar and DEILE, Lars (eds.). *Historical understanding: past, present and future*. London: Bloomsbury, 2022, p. 27.

portanto, diante não apenas de artefatos históricos, mas também de documentos da nossa própria cultura, do nosso próprio mundo.<sup>65</sup>

Para a reflexão historiográfica, portanto, as *performances* iconoclastas e as ações insurgentes de grupos historicamente excluídos do espaço público e das leituras oficiais dos vários passados nacionais podem ser reivindicadas não apenas para novas discussões acerca das relações entre política, afetos e racionalidades, como igualmente para o adensamento das reflexões sobre o tempo, a memória e os direitos. A pluralidade temporal dos objetos culturais pode lançar luz tanto sobre os contextos que os produziram quanto sobre os sentidos interpretativos que foram construídos ao longo dos anos e que se prolongam, rompendo com o seu próprio tempo, até o presente. As obras do passado continuam a produzir efeitos sobre o presente não em função de qualquer poder intrínseco ou em razão da dobra do tempo, e sim em virtude da existência de sucessivas gerações que refletiram sobre elas, apontando suas contradições e chamando a atenção para os vínculos que estabeleciam com certas representações de poder e com formas de dominação e de exclusão. Recusar a legitimidade das ações daqueles que desejam outras possibilidades de representação do passado nas ruas e praças das cidades é interditar, de antemão, todos esses horizontes reflexivos. E isso deveria incomodar bem mais os historiadores.

*Artigo recebido em 3 de junho de 2022. Aprovado em 25 de junho de 2022.*

---

<sup>65</sup> Cf. LILTI, Antoine. Seria Rabelais nosso contemporâneo? História intelectual e hermenêutica crítica. In: SALOMON, Marlon (org.). *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Ricochete, 2018, p. 169.